**PROCESSO: 1206 – 006974/2016**

**INTERESSADO:** Paulo Felisberto da Rocha e Outro

**ASSUNTO:** Indenização por apreensão de arma de fogo.

Trata-se do **Processo Administrativo nº 1206 – 006974/2016**, em 01 (um) volume, com 20 (vinte) fls., referente à solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensão de arma de fogo, realizada por: Paulo Felisberto da Rocha Filho, SD PM, Matrícula nº 302-6 e Claudia Pollyane Ângelo da Silva, Matrícula nº 1563-6.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise e parecer técnico.

**1 - RELATÓRIO**

**I - PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o processo de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefe de Gabinete (fls.20).

2.1. Constata-se o Requerimento nº 95/2016/BPRp, de 25/11/2016, de lavra dos próprios Credores, encaminhado ao Ten Cel QOC PM – Cmt do BPRp, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogo, com Wesilly Charles Nascimento Lopes, um revólver calibre 38, marca Taurus, numero OC227935, acabamento oxidado, que foi posteriormente encaminhado a superior consideração do Subcomandante Geral da Polícia Militar do Estado de Alagoas, (fls.02).

2.2. Constam cópias do Auto de Prisão em Flagrante (fls.03/04).

2.3. Consta cópia do auto de apresentação e apreensão de um revólver calibre 38, marca Taurus, numero OC227935, acabamento oxidado (fls. 5).

2.4. Foram acostadas as cópias das carteiras funcionais dos Militares (fls. 06/07);

2.5. Consta Declaração informando onde os Militares estão lotados, (fls. 08);

2.6. Constata-se o Despacho nº 1085/2016 – GSCG/ASS, de 01/12/2016, encaminhando os autos a Secretaria de Segurança Pública, para providenciar a indenização dos Militares (fls. 09).

2.7. Consta a Portaria nº 18/GSEP/2017, de 06/02/2017, de lavra da Secretária Executiva de polícia da Segurança Pública – SSP/AL, com sua publicação no DOE do dia 06/03/2017 (fls. 12 e 15), informando a indenização de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) para cada servidor.

2.8. Consta o Despacho nº 00200/SUPOFC/2017, datado de 15/02/2017, da Superintendente do Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade, informando que em virtude da publicação do Decreto Estadual nº 51.828, de 27/01/2017, informa a dotação orçamentária e solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites (fls. 12).

2.8. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17 (fls. 16/17.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), a cada requerente.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“*a*“**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento.

Maceió-AL, 19 de maio de 2017.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29.871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**